

CARLOS ALBERTO CONDE DA SILVA
Juiz de Direito Mestre em Direito

SOBRE A INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES E MAGISTRADOS

Vislis Editores

Lisboa, 2003

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
INTRODUÇÃO	9
ABREVIATURAS	11

CAPÍTULO I O PODER JUDICIAL

I — CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	15
1 — CONCEITO	15
2 — AS CARACTERÍSTICAS DOS TRIBUNAIS	16
II — A INDEPENDÊNCIA DOS TRIBUNAIS	18
PRELIMINARES	18
1 — A CONSAGRAÇÃO CONSTITUCIONAL	18
2 — CONCEITO	19
3 — TIPOS	20
3.1 — INDEPENDÊNCIA INTERNA	21
3.2 — INDEPENDÊNCIA EXTERNA	24
4 — SUJEIÇÃO À LEI	25
5 — A IMPARCIALIDADE	26
III — AS GARANTIAS DA INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES	27
1 — CONSIDERAÇÕES GERAIS	27
2 — INAMOVIBILIDADE	29
3 — IRRESPONSABILIDADE	31

CAPÍTULO II OS CONSELHOS SUPERIORES DA MAGISTRATURA

PRELIMINARES	35
1 — A CONSAGRAÇÃO CONSTITUCIONAL	36
2 — A NATUREZA DOS CONSELHOS	42
3 — COMPOSIÇÃO	46
CONSIDERAÇÕES GERAIS	46
3.1 — O SISTEMA ESPANHOL	46
3.2 — O SISTEMA PORTUGUÊS	50
4 — A COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS SUPERIORES E OS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DE PODERES E DA INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES	57
PRELIMINARES	57

Localização: 347.962.1

F811s

Código de barras: STJ00064929

4.1— O SISTEMA ESPANHOL	58
4.2 — O SISTEMA PORTUGUÊS	58
5 — A RESPONSABILIDADE DO CSU	61
PRELIMINARES	61
5.1 — A RESPONSABILIZAÇÃO DO CGPJ	63
5.2 — A RESPONSABILIDADE DO CSM	64
6 — SÍNTESE COMPARATIVA	66

CAPÍTULO III

O PODER SANCIONATÓRIO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PRELIMINARES	71
1 — O VAZIO CONSTITUCIONAL	72
2 — O SISTEMA ESPANHOL	75
2.1 — ATNDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES	75
2.2 — A INAMOVIBILIDADE	77
2.3 — AS TRANSFERÊNCIAS E PROMOÇÕES	77
3 — O SISTEMA PORTUGUÊS	79

CAPÍTULO IV

AS CLASSIFICAÇÕES DE SERVIÇO

1 — A CLASSIFICAÇÃO DOS JUÍZES	83
2 — O CONTROLO ADMINISTRATIVO DA DECISÃO JURISDICIONAL	86
3 — O PODER DISCRICIONÁRIO	95
3.1 — O PODER DISCRICIONÁRIO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.	95
3.2 — O PODER DISCRICIONÁRIO E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO	97
3.3 — A DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA	102
4 — A RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR PELO C ONTEÚDO DA DECISÃO JURISDICIONAL	103
5 — SÍNTESE	105
6 — A AMPLIAÇÃO DO PODER SANCIONATÓRIO DO CSM	107
7 — SÍNTESE COMPARATIVA	110

CAPITULO V
A RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR «STRICTO SENSU».

INDICAÇÃO DE SEQUÊNCIA	115
1 — OS PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR	115
2 — O PODER SANCIONADOR NA LOPJ	117
3 — O PRINCÍPIO DATIPICIDADE	118
3.1 — CONSAGRAÇÃO LEGAL	118
3.2 — ATIPICIDADE E A RESERVA DE LEI	120
3.3 — O PRINCÍPIO DA TIPICIDADE NA LEI ORGÂNICA DEL PODER JUDICIAL	122
3.4 — O PRINCÍPIO DATIPICIDADE EM PORTUGAL	124
4 — A ANALOGIA	129
4.1— O SISTEMA ESPANHOL	129
4.2 — O SISTEMA PORTUGUÊS	130
5 — PRINCÍPIO «NON BIS IN IDEM» E O CASO JULGADO	131
5.1 — A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO EM ESPANHA	132
5.2 — A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO EM PORTUGAL	136
6 — AS PENAS DISCIPLINARES	140
6.1 — O SISTEMA DA LOPJ	140
6.2 — O SISTEMA DO EMJ.	141
7 — A PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	145
7.1 — A PRESCRIÇÃO NA LOPJ	146
7.2 — A PRESCRIÇÃO NO EMJ	147
8 —A SUSPENSÃO PREVENTIVA	151
8.1 — A SUSPENSÃO PREVENTIVANA LOPJ	151
8.2 — A SUSPENSÃO PREVENTIVA NO EMJ	152
9 — A HIERARQUIA E A INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZES	155
10 — SÍNTESE, COMPARATIVA	159
11 — OS DIREITOS DA DEFESA PERANTE OS CSMS	160
11.1 — O PROCESSO EQUITATIVO E JUSTO	160
PRELIMINARES	160
11.2 — O SISTEMA ESPANHOL	163
11.3 — O SISTEMA PORTUGUÊS	166
PRELIMINARES	166
11.4 OS DIREITOS DA DEFESA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	171
12 — SÍNTESE COMPARATIVA	174

CAPÍTULO VI
O RECURSO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E O DIREITO A UM
TRIBUNAL INDEPENDENTE E IMPARCIAL

CONSIDERAÇÕES GERAIS	177
1 — A CRIAÇÃO DO «TRIBUNAL ESPECIAL»	178
2 — A COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL ESPECIAL	184
3 — O ARTIGO 212.º, N.º 3 DA CONSTITUIÇÃO, O TRIBUNAL ESPECIAL E A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL	186

CAPÍTULO VII
O PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL EFECTIVA
E O RECURSO

CONTENCIOSO PRELIMINARES	197
I O SISTEMA ESPANHOL	197
II —O SISTEMA PORTUGUÊS.	198
1 — A AUSÊNCIA DE CONTROLO JURISDICIONAL	199
PRELIMINARES	199
2 — O ÂMBITO DO RECURSO	199
3 — APRECIÇÃO DA MATÉRIA DE FACTO	202
3.1— RESERVA DE JURISDIÇÃO, SEPARAÇÃO DE PODERES E ACESSO À JUSTIÇA	204
4 — INEXISTÊNCIA DE JURISDIÇÃO	209
5 - A SITUAÇÃO DE INDEFESA DOS JUÍZES	211
6 — OS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS	213
6.1— O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	213
6.2 - O PINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	214
6.3 — OS PRINCÍPIOS DA ORALIDADE EDA IMEDIATIZAÇÃO	216
7 — A TUTELA JURISDICIONAL, AUSÊNCIA DE RECURSO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	216
8 — SÍNTESE	217
9 — SÍNTESE COMPARATIVA	217
CONCLUSÕES	219
BIBLIOGRAFIA	229
ÍNDICE	241